

Tipos de habitação corrente e estratégias de intervenção:

Lisboa, Porto, Genebra (XVIII-XIX)

Catarina Wall Gago

Laboratoire de Construction et Conservation, École Polytechnique Fédérale de Lausanne

Ao longo da história, a habitação corrente¹ teve um papel fundamental na construção da identidade visual e cultural da cidade. A repetição de elementos característicos dos edifícios residenciais, associada a algumas variações tipológicas, contribuiu de modo inquestionável para a definição do carácter urbano.

Diversos conjuntos urbanos de habitação corrente edificados entre o final do século XVIII e o início do século XX definiram a identidade de várias cidades Europeias. São exemplos, no início deste período, a reconstrução Pombalina de Lisboa e a expansão Almadina do Porto e, a partir de meados do século XIX, noutro contexto, o *Ring* da cidade de Genebra². Os três casos de estudo têm em comum o facto de constituírem conjuntos planeados que tiveram um papel essencial na definição da habitação da época, permitindo testar e estabilizar em larga escala formas de construir e habitar. Em cada cidade, o planeamento urbano visou controlar e hierarquizar o espaço público, e introduziu nos edifícios novos sistemas sanitários ou de protecção contra incêndios ou sismos. As regras urbanas influenciaram os espaços domésticos que, embora menos planeados, respondiam à evolução construtiva e da vida doméstica.

Os desenvolvimentos urbanos setecentistas e oitocentistas contribuíram para a definição da arquitectura contemporânea e para o pensamento sobre a habitação. Face ao interesse patrimonial destes conjuntos e à degradação frequente de vários edifícios que os compõem, importa delinear estratégias para a sua reabilitação futura. Apresentam-se em seguida os resultados de um estudo sobre estratégias de intervenção contemporânea que têm em conta a organização espaço-funcional e as características construtivas originais das habitações, tendo como exemplos as cidades de Lisboa, Porto e Genebra.

¹ O presente texto decorre de uma comunicação ao IV Congresso de História da Arte Portuguesa *Homenagem a José-Augusto França*, Lisboa, 21-24 Novembro 2012. Os dados então apresentados puderam agora ser complementados pela investigação de doutoramento que realizei, intitulada “Contemporary renovation of 19th century housing in Lisbon, Oporto and Geneva: Comfort, typology and urban character” (Tese de doutoramento, IST-EPFL, Lisboa, Lausanne, 2015).

² Como poderíamos imaginar, não observei uma relação directa entre os conjuntos analisados nas cidades portuguesas e em Genebra. No entanto, no âmbito da investigação que desenvolvi entre Portugal e a Suíça, e dada a importância de Genebra no contexto Suíço, foi essencial a confrontação destas idades no que toca ao desenvolvimento urbano, à comparação das habitações e, principalmente, para valorizar o leque de estratégias de intervenção contemporânea.

1. Planos urbanos e tipos de habitação

1.1 A Baixa Pombalina de Lisboa e a expansão Almadina no Porto

A partir de meados do século XVIII ocorreram profundas transformações urbanas nas cidades de Lisboa e do Porto. Na sequência da destruição provocada pelo terramoto de 1755, a Baixa de Lisboa foi reconstruída, tendo como base um plano regular definido em 1756-1758³, no qual a maioria dos quarteirões segue uma malha ortogonal. No Porto, João de Almada e Melo “fundava (...), sob a égide do Marquês de Pombal, (...) a Junta das Obras Públicas do Porto, organismo encarregado de pôr em prática os novos programas urbanísticos”⁴, que funcionou entre 1763 e 1833⁵. A expansão e reestruturação urbana do Porto introduziu alterações à cidade medieval e, principalmente, novos alinhamentos de ruas fora das muralhas, segundo um desenvolvimento rádio-concêntrico.

A construção da Baixa Pombalina foi submetida a legislação específica implementada pelo Marquês de Pombal, proposições “destinadas a diminuir os direitos da propriedade individual, em face dos empreendimentos urbanos do poder central”⁶. Esta legislação permitiu a redistribuição da propriedade com o objectivo de definir parcelas mais regulares. Entretanto, no Porto, as dificuldades na implementação dos programas urbanos da Junta a uma estrutura urbana consolidada na sua matriz medieval levaram a que, em 1769, o Marquês de Pombal decida aplicar ao Porto a mesma legislação criada para a reconstrução de Lisboa⁷.

Ao planeamento urbano Pombalino e Almadino importava a imagem do espaço público e a coerência urbana tendo como referência o quarteirão regular no caso da Baixa Pombalina e, no caso portuense, a rua, o que conduz a uma grande variabilidade na profundidade dos logradouros. Na Baixa Pombalina experimenta-se e estabiliza-se o prédio de rendimento em larga escala, cuja compartimentação era frequentemente replicada entre pisos, tornando estes

³ O urbanismo pombalino foi alvo de diversos estudos sistemáticos, nos quais se destaca o trabalho seminal de José-Augusto França, “Une ville de Lumières: La Lisbonne de Pombal”, que constituiu a sua tese de doutoramento em História apresentada na Sorbonne, Paris (1962), publicada na versão portuguesa com o título *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1977 [1965]). Mais recentemente, importa salientar a publicação de referência sobre a modernidade do Plano de 1756-1758: Walter Rossa e Ana Tostões ed., *Lisboa, 1758. O plano da Baixa hoje*, (Lisboa: CML, 2008 [catálogo e DVD da exposição]) que reúne textos de Raquel Henriques da Silva, Cláudio Monteiro, bem como dos editores e uma entrevista com José-Augusto França.

⁴ João Ferrão, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina* (Porto: FAUP, 1989 [1985]), 188.

⁵ Anni Günther Nonell, *Porto 1763/1852 : a construção da cidade entre iluminismo e liberalismo* (Porto: FAUP, 2002 [1998]), 95. Trata-se da publicação da sua tese de Doutoramento, que constitui um dos trabalhos mais actualizados e completos sobre o processo de desenvolvimento urbano do Porto entre as datas analisadas.

⁶ Citação do artigo pioneiro sobre o tema de Marie-Thèrese Mandroux França: “Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII,” *Boletim da Câmara Municipal do Porto* 22 (1986 [1972]), 11.

⁷ Marie-Thèrese Mandroux França, *op. cit.*

edifícios os precursores do moderno “prédio de apartamentos”⁸. No Porto mantém-se a opção pela habitação unifamiliar esguia, uma tradição que privilegia “independência de acessos, privacidade e ligação à terra”⁹.

A comparação detalhada dos elementos mais característicos das habitações nas duas cidades confirma estas diferenças, mas revela também alguns aspectos comuns relacionados com os modos de vida da época¹⁰. No interior das habitações, importa salientar que a função e localização das divisões dependiam frequentemente do local onde seriam recebidas as visitas, da intimidade doméstica dos restantes espaços em relação a esses locais de recepção, e do distanciamento dos espaços de serviço em relação à rua e às divisões destinadas à recepção.

Nos apartamentos na Baixa Pombalina, a sequência de divisões junto à fachada de rua – geralmente *enfilade* – é habitualmente considerada a área social da casa, incluindo uma divisão com uma entrada independente a partir do patamar, que poderia ser usada como sala para receber visitas¹¹. Esta série de salas era frequentemente seguida por uma linha central de alcovas, isto é, de câmaras de dormir ou polivalentes¹² que recebiam luz natural apenas através das divisões anexas. A cozinha, identificável pela posição da chaminé, estava em geral localizada junto à fachada tardoz, afastada da rua e das áreas mais públicas da casa.

A preocupação com a separação entre o acesso aos espaços de recepção e aos de serviço traduzia-se, frequentemente, em duas entradas por apartamento. Uma destas entradas, ou uma entrada única, dava habitualmente para uma passagem localizada aproximadamente no centro da casa¹³. Esta passagem permitia uma separação inicial de acessos entre as áreas sociais e as de serviço.

Nas casas unifamiliares do Porto Almadino, a escada interior tinha geralmente uma posição central, perpendicular à profundidade da parcela. Tal como em Lisboa, a função das

⁸ Maria Helena Barreiros, “Casas sobre casas: apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina,” *Monumentos* 21 (2004), 90. O trabalho recente de Maria Helena Barreiros constitui a referência mais actualizada sobre os espaços domésticos pombalinos. Ver, por exemplo, “Habitar a “Real Praça do Comércio”. Casas pombalinas do eixo Alfândega/Arsenal” in *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*, Miguel Faria coord. (Lisboa: INCM, 2012).

⁹ Francisco Barata Fernandes, *Transformações e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade* (Porto: FAUP, 1999 [1996]), 143. Trata-se da publicação da sua tese de doutoramento, que constitui o trabalho mais abrangente sobre a habitação corrente no Porto (XVII-XX).

¹⁰ Comparação que realizei em maior detalhe na tese de doutoramento, *op.cit.*, 95-123.

¹¹ O seu uso como escritório, identificável em plantas de finais do século XIX, é mencionado em: Maria Helena Ribeiro dos Santos *Baixa Pombalina: Passado e futuro* (Lisboa: Horizonte, 2005 [1996]); Maria Helena Barreiros, *op. cit.* (2004).

¹² Maria Helena Barreiros, *op. cit.* (2004), 92 e 96.

¹³ Dados da análise que realizei em “Habitação na Baixa Pombalina: análise de tipos e estudo de intervenções” (Tese de Mestrado, IST, 2007), utilizando como base as plantas dos primeiros andares da Baixa Pombalina provenientes do extenso levantamento realizado por Jorge Mascarenhas: “A study of the design and construction of buildings in the Pombaline quarter of Lisbon” (Tese de doutoramento, University of Glamorgan, 1996).

divisões coadunava-se com os parâmetros habituais da vida doméstica da época: a sala de recepção geralmente localizada perto da entrada e do lado da rua – na área mais pública da casa –, os espaços de serviço o mais distantes possível destes últimos. A função de recepção de visitas é invariavelmente atribuída à divisão do primeiro andar virada para a rua¹⁴. De acordo com uma progressão funcional em profundidade e altura, a cozinha localizava-se habitualmente junto à fachada tardoz, no piso superior, distanciada da rua e mantendo assim o resto da casa protegido de eventuais incêndios.

1.2 A *Ceinture Fazyste* de Genebra

A cidade de Genebra apresenta um dos maiores perímetros de expansão oitocentista da Suíça francófona, frequentemente denominado *Ring* ou *Ceinture Fazyste*. A decisão definitiva de ampliar a cidade de Genebra por demolição da muralhas¹⁵, isto é, de terrenos públicos, foi tomada em 1849 como marco do novo regime instaurado por James Fazy em 1846.

Diferenças no contexto político e na própria natureza dos terrenos utilizados demonstram, no caso de Genebra, a importância da propriedade pública como instrumento de planeamento. Propriedade essa que permitiu, nomeadamente, a criação facilitada de um plano e de um quadro legal¹⁶ de controle dos elementos considerados fundamentais ao espaço público e à qualidade construtiva.

A *Ceinture Fazyste* compreende um vasto perímetro à volta da cidade medieval que é composto, na sua maioria, por edifícios residenciais incluídos em quarteirões- barra ou com pátio central. A análise, com base em pesquisa arquivística¹⁷, permitiu identificar três tipos de habitação e as suas características principais: prédios de rendimento com dois a três apartamentos por piso, prédios de um apartamento por piso, e casas unifamiliares contínuas. Na amostra analisada, estas últimas estavam presentes apenas nas *Tranchées*, uma área residencial visando uma população de rendimentos elevados¹⁸. As casas unifamiliares de

¹⁴ Cf. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Arquitectura tradicional portuguesa* (Porto: Dom Quixote, 2003 [1992]), 300; Francisco Barata Fernandes, *op. cit.*, 143.

¹⁵ Cf. Gilles Barbey, Armand Brulhart, Georg Germann, Jacques Gubler, “Genève” in *Inventaire Suisse d’Architecture 1850-1920* (Berne: SHAS, 1982), 248-403; Philippe Broillet coord., *La Genève sur l’eau* (Berne: SHAS, 1997); Anastazja Winiger-Labuda coord., *Genève, Saint-Gervais: du bourg au quartier* (Berne: SHAS, 2001).

¹⁶ Foram definidos quatro regulamentos gerais de construção em 1850, 1852, 1854 e 1879. Cf. Gabriel Aubert “Création et protection des ensembles architecturaux en droit genevois: Carouge et les quartiers du XIX^{ème} siècle,” *Revue de droit administratif et de droit fiscal* 371 (1981), 1-23.

¹⁷ Foram analisadas plantas originais ou levantamentos de 176 edifícios, correspondentes a 324 habitações: Catarina Wall Gago, *op.cit.*, (Tese de doutoramento, IST-EPFL, 2015), 125-156.

¹⁸ Sobre a história do desenvolvimento urbano da área das *Tranchées* (em português trincheiras) e a análise das habitações ver a obra de referência de Rolf Pfändler, “Histoire du quartier des Tranchées et des Bastions” (Mémoire de licence, Université de Genève, 1974).

Genebra – frequentemente denominadas *hôtels particuliers* – apresentam algumas características similares a casas exclusivamente residenciais da mesma época no Porto¹⁹, segundo um esquema frequentemente associado aos exemplos ingleses, dada a longa predominância deste modelo no Reino Unido. Nas casas de Genebra, a cozinha situava-se na cave, ao abrigo da rua mas perto do rés-do-chão. Ao rés-do-chão eram habitualmente atribuídas as funções sociais da casa, usufruindo também de terraços ajardinados com boa exposição solar. Havia, em seguida, uma progressão vertical em intimidade, sendo os quartos principais localizados no primeiro andar; no segundo andar encontravam-se frequentemente os quartos de menores dimensões e os que eram destinados aos empregados.

Os edifícios com um apartamento por piso tinham também áreas muito confortáveis, sobretudo os apartamentos do rés-do-chão elevado, que tinham habitualmente usufruto do jardim e de áreas de serviço na cave. O tipo de habitação mais frequente era, ainda assim, o prédio de rendimento com dois a três apartamentos por piso, em geral com divisões orientadas para duas fachadas opostas. Tal como em Lisboa e no Porto, as áreas de serviço eram situadas, sempre que possível, junto à fachada tardoz, longe da vista do público e das visitas da casa. Nos prédios de rendimento em Genebra, o conjunto sala de jantar/sala de estar – *en enfilade* – dispunha habitualmente da localização mais proeminente do apartamento junto à fachada principal. No entanto, era possível nalguns prédios de rendimento que a cozinha fosse colocada junto à rua, o que era improvável mesmo nos exemplos lisboetas²⁰ mais tardios.

2. Estratégias de intervenção contemporânea – Estudos de caso

2.1 Alterações ao espaço doméstico

A intervenção contemporânea no património permite valorizar as qualidades das habitações originais, respondendo simultaneamente a novas solicitações: mudanças na vida doméstica, expectativas de maior conforto e novos contextos regulamentares. Estratégias replicáveis para a reabilitação de habitações correntes podem ter um papel fundamental na preservação e no desenvolvimento da identidade da cidade, da qual os espaços domésticos são uma parte essencial.

¹⁹ A casa portuense de finais do século XIX e inícios do século XX, frequentemente exclusivamente residencial, foi alvo de uma primeira análise por Francisco Barata Fernandes, tendo sido posteriormente tratada no âmbito de investigação mais detalhada por Nelson Mota: *A Arquitectura do Quotidiano: Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX* (Coimbra: FCTUC, 2010 [2006]).

²⁰ Cf. Joana Cunha Leal, “Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal” (Tese de doutoramento, FCSH-UNL, 2005). Trata-se de uma investigação extensa sobre o urbanismo lisboeta a partir da reconstrução da Baixa até finais do século XIX, incluindo trabalho fundamental e inédito de recolha e análise de plantas de habitações a partir de 1864.

Algumas estratégias de intervenção são frequentemente abordadas em projectos de reabilitação recentes²¹ de edifícios de habitação. Trata-se, nomeadamente, da introdução de novas funções no espaço doméstico, como a colocação de uma ou mais casas de banho, assim como o aumento de privacidade destas últimas e dos quartos. Hoje em dia, a colocação quase sistemática dos quartos em divisões com janela junto à fachada dos edifícios leva frequentemente à reorganização funcional das habitações. Para além disso, a eliminação ou redução do número de empregados, associada ao novo papel da cozinha na sociabilidade doméstica, leva os arquitectos a questionar a segregação anterior dos espaços de serviço em relação ao resto da casa. Uma questão adicional é a formação de novas habitações, frequentemente por razões de viabilidade económica do investimento ou pela procura de habitações de tamanho diversificado nos centros urbanos. Esta questão é habitualmente posta em prática dividindo habitações maiores, ou através da conversão de sótãos em espaços domésticos. Hoje em dia, os apartamentos situados em andares superiores são valorizados pela vista privilegiada e privacidade em relação à rua. Neste contexto, importa ainda mencionar a promoção de maior acessibilidade através da introdução de elevadores, alterando assim a progressão vertical de estatuto social que era frequente nas habitações da época.

Rua do Pinheiro 71-75 – arquitecto Bernardo Amaral

A casa na Rua do Pinheiro 71-75, no Porto, foi provavelmente construída no final do século XVIII²², durante a expansão promovida pela Junta das Obras Públicas quando presidida por João de Almada e Melo. A casa seria provavelmente usada originalmente²³ como habitação unifamiliar, com um espaço comercial no rés-do chão, do lado da rua, e uma parcela de terreno do lado do logradouro. A cozinha encontrava-se nas traseiras do último andar, sendo as latrinas colocadas pelo exterior em cada andar. A escada transversal, iluminada por uma clarabóia, dava acesso às divisões com frente para a rua ou para o logradouro, associadas a uma ou duas divisões interiores.

O projecto de reabilitação do arquitecto Bernardo Amaral associa a reutilização das antigas alcovas junto à escada à divisão da habitação unifamiliar em plurifamiliar, através da

²¹ As estratégias de intervenção mencionadas foram alvo de uma análise de 24 casos de estudo, nove em Lisboa, nove no Porto e seis em Genebra, ilustradas no presente texto por quatro exemplos. Cf. Catarina Wall Gago, *op. cit.* (Tese de doutoramento, IST-EPFL, 2015).

²² Como veremos, a compartimentação da casa apresenta características típicas desta época. Podemos ainda comprovar na planta de George Balck da “Cidade do Porto” (London: S.I. Neele, Strand, 1813 [AHMP - D/CDT/B2-1), que ambos os lados da rua se encontravam edificadas nessa altura.

²³ Planta original identificada aproximadamente a partir das plantas de ligação ao esgoto, de 1936 (Arquivo do Licenciamento das Águas do Porto, n°4001), e através do levantamento recente.

criação de duplexes. A intervenção preservou e recuperou os elementos característicos da casa, como a estrutura, a escada central, assim como os revestimentos e elementos decorativos das divisões principais face à rua e ao logradouro, utilizando as alcovas existentes para colocar diversas funções das novas habitações: casas de banho, cozinhas, assim como as escadas que ligam os duplexes (Fig. 1). Contrariamente à posição original da cozinha – segregada das áreas de receção –, as cozinhas destes novos apartamentos foram pensadas como grandes móveis com painéis de fole do chão ao tecto. Estes permitem fechar as cozinhas ou juntá-las à sala, integrando-as assim no espaço social das casas.

Rua dos Fanqueiros 73-85 – arquitecto José Adrião

Num prédio de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, construído em 1784²⁴ na Rua dos Fanqueiros, a reabilitação segundo projecto do arquitecto José Adrião visou a divisão de um ou dois apartamentos por piso em três apartamentos por piso. Neste caso, a estratégia de divisão foi a transformação das entradas múltiplas em entradas individuais de cada apartamento, e a utilização do corredor de entrada de um apartamento como espaço de distribuição de dois apartamentos.

Apesar das transformações importantes realizadas neste edifício ao longo do século XX, a maior parte da estrutura estava intacta, e a compartimentação original era identificável: uma sequência de salas maiores paralela às fachadas principais, as cozinhas junto ao saguão e, entre estes espaços, algumas alcovas e passagens. Analisando as plantas mais antigas disponíveis em arquivo²⁵, verificamos que enquanto o primeiro andar teria um apartamento com três entradas, os andares superiores estariam divididos em dois. Um destes apartamentos teria uma entrada; o outro teria duas entradas no mesmo patamar, uma situada perto da cozinha e a outra perto às áreas sociais da casa.

A intervenção recente dividiu cada andar em três apartamentos distintos. Um dos novos apartamentos dispõe de uma das entradas originais; a outra dá acesso a um pequeno corredor de entrada, já existente, que distribui agora os dois outros apartamentos. O hall de entrada do novo elevador utiliza a terceira entrada original para os apartamentos a partir do patamar da escada (Fig. 2). Mesmo nestes apartamentos de áreas reduzidas, foram utilizadas várias das estratégias identificadas inicialmente: algumas casas de banho foram colocadas nas antigas alcovas, enquanto as novas cozinhas se situam mais perto das fachadas principais, chegando a

²⁴ José Sarmiento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, *Estudo histórico e patrimonial: Prédio de rendimento sito na esquina das Ruas dos Douradores 2-14, e Rua da Conceição, 28-34* (Lisboa: [consultado através dos arquitectos Appleton & Domingos], 2009).

²⁵ Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 1590; Processo 3556/DAG/PG/1907.

estar directamente ligadas às salas de estar. É de salientar ainda que o acesso às cozinhas se faz apenas através destes espaços sociais.

Rua das Pedras Negras 5 – arquitecto Pedro Pacheco

Ainda em Lisboa, um exemplo de reabilitação de um apartamento introduziu alterações fundamentais na distribuição do espaço doméstico através de pequenas intervenções localizadas, tirando partido das características originais da habitação. Trata-se de um prédio com um apartamento por andar na extremidade Este da Baixa Pombalina construído, provavelmente, no final do século XVIII. O andar analisado faz parte da ampliação realizada em 1884²⁶, que consistiu no acréscimo de três pisos. O apartamento estava organizado ao longo de um corredor central, que distribuía as divisões de um lado e do outro da casa. A maioria das divisões tinha acessos múltiplos, através de uma ou duas outras divisões e, também, através deste corredor que permitia aceder de forma independente a cada divisão. O hall de entrada, por sua vez, dava acesso à cozinha – junto ao saguão – e à sala de visitas junto à rua. Esta sala comunicava com uma sequência de divisões com janelas sobre a rua, possivelmente destinadas às funções sociais da casa. Do lado oposto do corredor encontravam-se três divisões interiores, também comunicantes, provavelmente utilizadas na época como câmaras de dormir.

O projecto de reabilitação teve por objectivo devolver à cozinha a sua dimensão original, dividida no início do século XX para colocar uma instalação sanitária, introduzir uma casa de banho completa, e constituir uma sala de estar de maiores dimensões. Os quartos encontram-se agora no início ou no final da circulação, antes ou depois dos espaços sociais da casa. A nova casa de banho foi colocada numa das alcovas, junto à cozinha (Fig. 3), o que permite a sua ligação directa ao tubo de queda existente. A intervenção tirou partido do corredor e da comunicação directa entre divisões para aumentar a privacidade dos quartos e da casa de banho. Deste modo, a alcova central entre estas duas divisões tornou-se a antecâmara que faz a mediação dos acessos a cada uma. O quarto principal manteve o seu duplo acesso, mas a divisão adjacente tornou-se, também, uma antecâmara: trata-se de uma biblioteca e sala de música que permite uma mediação de acessos entre os espaços sociais e as áreas mais privadas da casa. Tal como a sua utilização original no século XIX, esta antecâmara é polivalente, podendo funcionar tanto como parte integrante do quarto como da sala de estar.

²⁶ Arquivo Municipal de Lisboa – Obra 36639; Processo 254/DAG/PG/1884.

2.2 Conforto térmico e técnicas de reabilitação

Rue Rousseau 7, Genebra – MARCH Architectes

O edifício na Rue Rousseau 7 foi construído no final do século XVIII e reabilitado recentemente segundo um projecto da equipa MARCH Architectes. Os quatro andares mais antigos tinham dois apartamentos por piso, aos quais foram acrescentados dois andares de ateliers durante o século seguinte²⁷. Nos apartamentos, a cozinha encontrava-se do lado do pátio, associada a uma pequena divisão interior, e a sala principal virada para a rua, também ligada a uma alcova. Durante o século XX a divisão junto à cozinha foi sistematicamente utilizada para colocar as casas de banho.

Na intervenção recentemente realizada a organização dos espaços domésticos até ao quarto andar não foi alterada (Fig. 4), enquanto que o quinto e sexto andares foram transformados em habitações com duplexes. A compartimentação dos duplexes segue a dos andares inferiores, utilizando o espaço que, nestes últimos, corresponde à alcova, para colocar a escada que liga os dois andares.

A melhoria do comportamento térmico²⁸ deste edifício baseou-se na análise do edifício existente e das necessidades actuais de conforto. De modo a respeitar as normas térmicas suíças, o isolamento foi pensado de forma global²⁹, de modo a isolar e preservar os elementos construtivos de forma diferenciada. Desta forma, o telhado e as paredes dos quinto e sexto andares foram isolados pelo interior, assim como o tecto da cave. Nos apartamentos dos andares inferiores, o isolamento interior foi colocado por trás da parede tardoz³⁰ de alvenaria, nos pisos sem elementos decorativos (Fig 5).

À excepção dos dois últimos andares, a parede da fachada principal não foi isolada, dado que apresentava estuques decorativos e carpintarias originais. Nesta mesma fachada, as

²⁷ Cf. Anastazja Winiger-Labuda, “L’ancienne auberge des trois-couronnes: Rue Jean-Jacques-Rousseau 7” in *Les monuments d’art et d’histoire du canton de Genève 2. Genève, Saint-Gervais: du bourd au quartier*, coord. Anastazja Winiger-Labuda (Berne: SHAS, 2001), 341-343.

²⁸ No que se refere à análise do isolamento acústico entre pisos ver: Catarina Wall Gago, *op. cit.* (Tese de doutoramento, IST-EPFL, 2015), 560-584.

²⁹ O projecto de térmica segundo as normas suíças pode ser realizado através de um cálculo global de consumo energético do edifício, de acordo com a norma *SIA 180 – Protection thermique, protection contre l’humidité et climat intérieur dans les bâtiments* (Zürich: SIA, 2014) ou, pontualmente, através do coeficiente de transmissão térmica do elemento no qual é realizada a intervenção, de acordo com a norma *SIA 380/1 – L’énergie thermique dans le bâtiment* (Zürich: SIA, 2009).

³⁰ Colocação de isolamento em lã mineral de 150mm combinado com uma barreira pára-vapor para evitar condensações. Importa mencionar que as vigas de pavimento assentam nas paredes meeiras. O isolamento pelo interior em paredes nas quais assentam vigas terá sempre que ser avaliado em função do risco de apodrecimento das madeiras. Em exemplos em que o isolamento não é viável pelo interior poderá igualmente ser considerada a substituição do reboco exterior por um reboco isolante mineral tradicional ($\lambda=0.032-0.042$ W/(m K)) ou de alta performance ($\lambda=0.028$ W/(m K)), quando combinado com outras medidas de isolamento.

janelas originais foram adaptadas a novas exigências de conforto substituindo o vidro simples por vidro duplo isolante³¹, e acrescentando uma nova camada de madeira à face exterior previamente preparada e juntas de borracha para melhorar a estanquidade. Trata-se de uma técnica que permite a preservação e melhoria do comportamento térmico de janelas existentes, desde que estejam em bom estado de conservação (Fig. 6). Ainda assim, é importante mencionar que, na Suíça, se a melhoria do comportamento térmico tratasse apenas das janelas a intervenção teria, em princípio, que respeitar normas mais exigentes³². Mantendo a janela original, estas exigências poderiam ser respeitadas, por exemplo, colocando uma janela adicional com vidro duplo isolante pelo interior ou pelo exterior.

3. Comentários finais

A reabilitação de habitações correntes é necessária para evitar a perda de valores culturais e ao mesmo tempo responder às exigências contemporâneas: às mudanças na vida familiar, a novas necessidades de conforto e a uma maior segurança estrutural. Muitos habitantes deste património querem espaços domésticos que respondam ao conforto da vida contemporânea e que apresentem, ao mesmo tempo, elementos representativos do carácter original destes edifícios. O trabalho de arquitectura neste contexto visa, cada vez mais, encontrar compromissos. Compromissos entendidos no sentido positivo do termo para descrever soluções ponderadas que visem equilíbrios entre temas distintos, igualmente importantes, e entre os diferentes actores implicados.

Reabilitar tirando partido das características originais dos espaços domésticos e da construção significa, neste sentido, utilizar os elementos existentes para responder a objectivos que são, por vezes, diferentes daqueles para os quais estes estavam inicialmente previstos. Um quadro legal exigente e suficientemente flexível pode contribuir para o desenvolvimento de soluções técnicas adaptadas e para o diálogo entre os actores envolvidos, especialmente quando estes últimos defendem interesses divergentes. A procura de compromissos é particularmente importante quando os edifícios têm um valor representativo para a imagem das cidades, como é, frequentemente, o caso das habitações correntes dos séculos XVIII e XIX. A sua reabilitação será, necessariamente, um campo de trabalho, de investigação e de colaboração profissional no futuro.

³¹ Este sistema foi analisado no projecto REHAB sobre reabilitação e substituição de janelas do século XIX e inícios do século XX na Suíça francófona: Luca Orтели, Pierre Zurbrugg, Catarina Wall Gago, Georgine Roch, *Assainissement de fenêtres: Immeubles d'habitation 1850-1920* (Lausanne: EPFL ENAC IA LCC, 2014 [2012]).

³² U_w aproximado de 1.44 W/m²K (Luca Orтели et al., *op. cit.*, 22), contra a exigência de $U_{li}=1.3$ W/m²K para a norma SIA 380/1. Colocando uma janela adicional, U_w aproximado de 1.14 W/m²K.

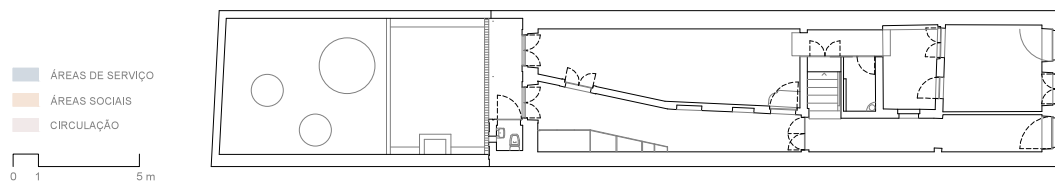
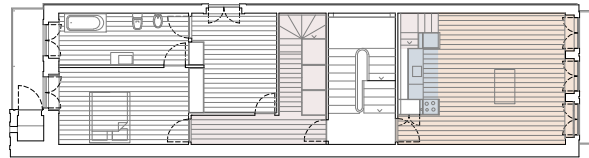
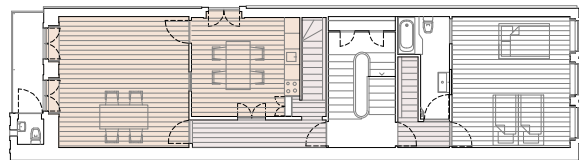
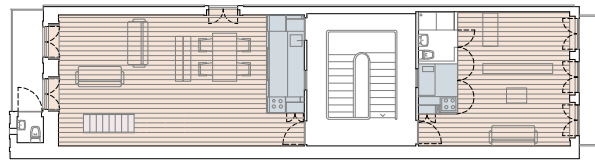
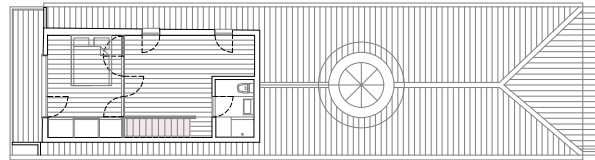


Fig 1. Rua do Pinheiro, Porto

Plantas | arq. Bernardo Amaral (adaptadas). Foto | Attilio Fiumarella



Fig 2. Rua dos Fanqueiros, Lisboa

Plantas | arq. José Adrião (adaptadas). Foto | Fernando Guerra | FG+SG

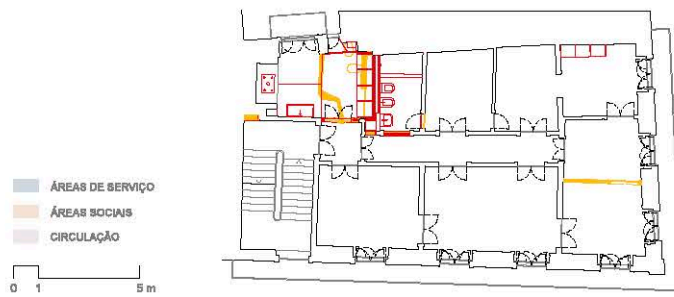
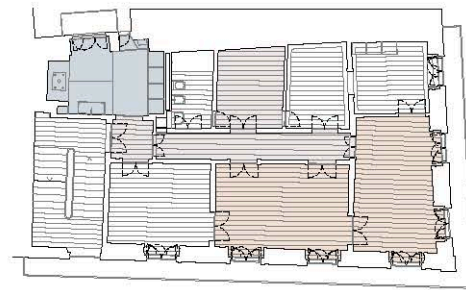


Fig 3. Rua das Pedras Negras, Lisboa

Plantas | arq. Pedro Pacheco (adaptadas). Foto | Pedro Pacheco

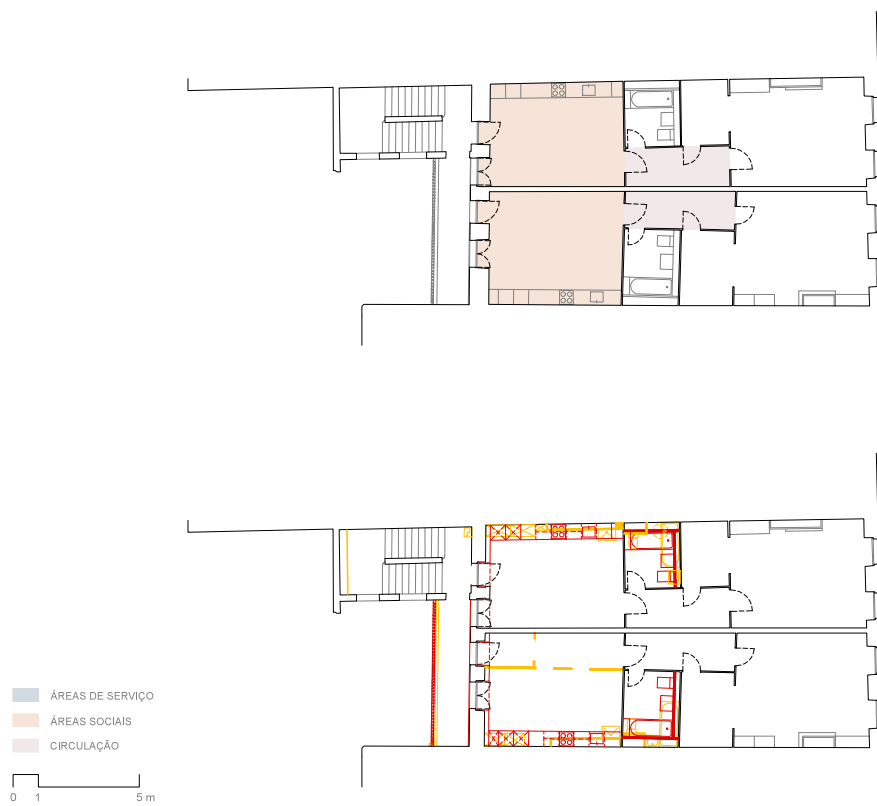


Fig 4. Rue Rousseau, Geneva

Plantas | MARCH arch. (adaptadas). Foto | Catarina Wall Gago

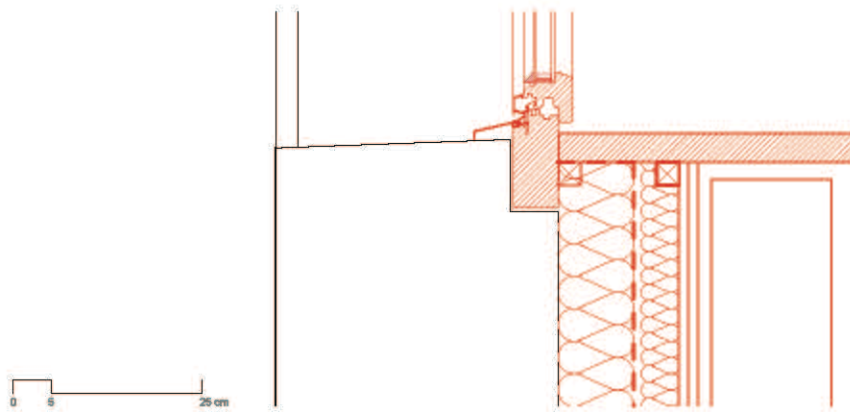


Fig 5. Parede tardoz de alvenaria com isolamento interior. Rue Rousseau, Genebra
 Pormenor | MARCH arch.

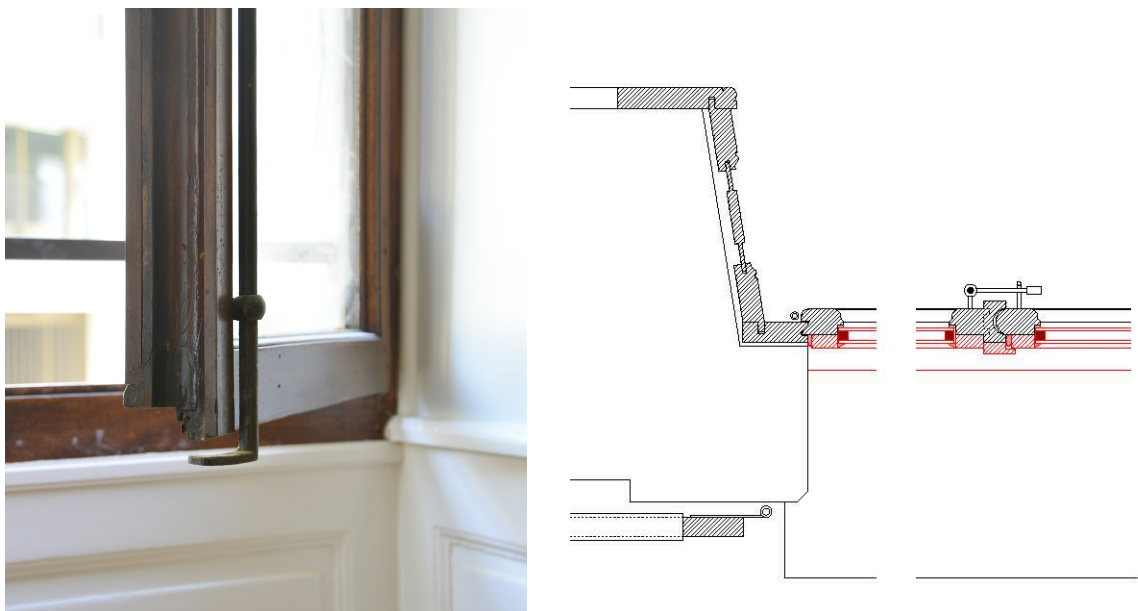


Fig 6. Janela, substituição de vidro simples por vidro duplo
 Pormenor | Projecto ReHAB (Ortelli et al., *op. cit.*). Foto | Catarina Wall Gago